

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

TELEFONIA MÓVEL

PRESIDENTE

DEPUTADO ORLANDO MORANDO - PSDB

11/02/15

CPI
TELEFONIA MÓVEL
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
11/02/15

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Boa tarde a todos. Havendo o número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo ato 53 de 2014, com a finalidade de investigar os serviços prestados pelas empresas de telefonia móvel no estado de São Paulo.

Registro, com prazer, a presença do nobre deputado membro da Comissão, Luciano Batista, João Paulo Rillo, Ed Thomas, deputado Ed Thomas, Roberto Morais, e também o deputado Roberto Massafra, que está aqui, já fez o seu registro, e foi até o toalete.

Solicito à secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pela ordem, o nobre deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É regimental o pedido de Vossa Excelência, estando todos os deputados de acordo, fica dispensada a leitura da ata. Dando ela por aprovada.

Esta reunião foi convocado com a finalidade de proceder a oitiva do representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, que discorrerá sobre o trabalho realizado pela Procuradoria e Defesa do Consumidor sobre a má qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel no estado de São Paulo.

Para tanto, nos foi respondido pelo Ministério Público, a quem antecipadamente agradecemos, que em atendimento ao ofício da CPI da Telefonia Móvel, número 13/2015, recebido nesta Secretaria da Promotoria de Justiça do Consumidor, em 09/02/15, informo Vossa Excelência, que consultado o sistema de movimentação de autos desta Procuradoria de Justiça nos últimos cinco anos, bem como no SIS integrado a partir de 01/02/2009 até a presente data, localizei os seguintes procedimentos, registrados em face das empresas de telefonia conforme demonstrativo.

Quero aqui registrar que o Ministério Público nos informou que não existe uma única vara que centralize todas as reclamações, são vários os promotores que cuidam dos casos. Para tanto, eles nos mandaram os processos que tem contra as operadoras. Eu vou tirar cópia, distribuir a todos os senhores, e a partir desses, se pontualmente alguém tiver interesse em chamar algum promotor de algum desses processos, eles estão à disposição.

Então, seriam vários promotores que teriam que vir, considerando que são várias fontes de denúncias que são recebidas. Então o documento vai ser entregue a todos os membros da CPI, pela qual foi justificado. Insistindo e reiterando, que se alguém tiver pontualmente o desejo e a necessidade de trazer algum promotor, nós precisamos fazer uma convocação específica para este promotor. Então não existe aqui, não existe um centro, no que nos foi passado, aonde um único promotor pudesse trazer um relato de todos os casos do estado de São Paulo.

O segundo item da pauta, eu consulto essa Comissão, se antes de fazermos a oitiva do representante da Anatel, nós poderíamos deliberar acerca da pauta porque nós temos requerimentos para serem aprovados. É de comum acordo deste colegiado? Então eu coloco aqui o item número 1, requerimento do deputado João Paulo Rillo. Requerimento de autoria do deputado João Paulo Rillo que solicita nos termos regimentais que esta Comissão convide o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, Seção São Paulo, Dr. Marco Araújo Júnior, para prestar informações sobre a violação do Código de Defesa do Consumidor por parte das operadoras de telefonia móvel que operam no estado de São Paulo. Requerimento está em discussão.

Não havendo oradores inscritos, coloco em votação. Aqueles que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item número 2, também do deputado João Paulo Rillo, requerimento de autoria do

deputado João Paulo Rillo que solicita nos termos regimentais que esta Comissão convide o atual diretor-executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor, o Procon, para prestar informações complementares à documentação enviada pela mencionada entidade a essa CPI com base em solicitação feita por este deputado. O requerimento está em discussão. Não havendo oradores inscritos, coloco em votação. Aqueles que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Nada mais a ser discutido e requerimentos...

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pela ordem, o nobre deputado Luciano Batista.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Presidente, nós vamos ter daqui a pouco a oitiva do presidente, né?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Gerente geral da Anatel São Paulo.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Eu queria trazer ao conhecimento do público e dos deputados do caso que eu disse que aconteceu comigo aqui, presidente, o deputado deve lembrar, de uma cobrança indevida que eu entrei com uma ação e ganhei a ação. Presidente lembra desse caso.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Oito mil reais?

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Oito mil reais. Eu trouxe aqui a cópia da sentença e cópia da decisão, inclusive já com o trânsito em julgado. E eu queria deixar, ofertar, para que se juntasse na documentação. É importante essa decisão e a sentença que está no site do Tribunal de Justiça, mas aqui eu trouxe cópia no papel.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Agradeço.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Agora, olha um fato novo. Presidente, foi sentenciado a pagar a indenização, e pagou, o processo transitou em julgado. Recebi na semana passada uma carta da Claro cobrando 34 reais dessa conta. A conta, originalmente, era 77 reais, e a Claro está me cobrando de novo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Oportunidade do senhor, mais uma vez, ganhar outro processo.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Mais outro processo. Oito mil reais.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – E a gente, mais uma vez registrar uma profunda indignação.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Mas não é um absurdo isso? Eles são tão desorganizados, ou então eles têm tanto dinheiro que eles não vão nem aí de perder oito, porque eles perdem o processo, transita em julgado, eles pagam o processo, eu recebo o dinheiro, e eles estão me cobrando de novo o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pelo mesmo assunto?

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Mesmo tema. Mesmo valor. O valor original, 77 reais e 61 centavos e está aqui os detalhes da conta, que é o mesmo que está no processo aqui, na sentença da Justiça de São Paulo, que fala do valor, 77 reais e 61 centavos, relativos a uma conta de 21/10/2011. E a mesma cobrança que eles estão fazendo agora aqui. Já mandaram até um boleto para recolher. Eu vou deixar também.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Essa presidência recebe esses documentos, para a qual estamos, outras informações também, para que possa colaborar no relatório final dessa CPI.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É só, presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – E mais uma vez, lamento por você ser mais um dos paulistas que tem graves problemas com as operadoras de telefonia.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É. Seria importante dar ampla divulgação de todos os fatos, de todos os trabalhos dessa CPI, mas esse aí é um negócio importante, porque isso está acontecendo diariamente com o povo de São Paulo. Essas cobranças não só no caso aqui, a Claro, mas de todas as operadoras de telefonia que fazem esse absurdo de cobrar uma conta que não existe. E mesmo perdendo, continua cobrando.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O item número 2, hoje nós temos aqui, conforme convocação aprovada por esta Comissão, a presença do senhor Everaldo Gomes Ferreira, gerente-geral da gerência regional de São Paulo, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.

Convido, então, o senhor a ocupar aqui lugar na mesa. Senhor Everaldo, o senhor tomou conhecimento pela qual o motivo da sua presença nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu agradeço a sua presença e o motivo de estarmos aqui com essa CPI, não deve ser de não conhecimento de Vossa Excelência, até porque os índices do Procon São Paulo, telefonia móvel no estado de São Paulo, mais uma vez em 2014, foi líder de reclamação em todas as áreas: cobranças abusivas, falta de atendimento, e principalmente, ou concomitantemente, a baixa qualidade do serviço.

Eu acredito que o senhor deva ser vítima, ou tem imunidade por ser o gerente da Anatel, porque todos nós aqui, já colhemos depoimentos de parlamentares, diversas pessoas, que você está falando, cai o sinal, você liga em um call center para reclamar, cai o sinal. Em contrapartida, quando eles ligam para vender um serviço, o sinal nunca falha, funciona perfeitamente bem.

Então, hoje, o que ocorre com a telefonia móvel do estado de São Paulo, e aí não é percepção do legislativo paulista, é uma percepção documentada e registrada pelo Procon de São Paulo, é que é um serviço de péssima qualidade. Péssima. Não da nem para dizer que é um serviço de baixa qualidade. Não da para associar que seja um lixo, porque seria uma ofensa aos trabalhadores que atuam nessas empresas. Mas o serviço é muito distante até mesmo de países vizinhos como a Argentina.

Então, inicialmente, eu gostaria que o senhor pudesse fazer a sua explanação e apresentar a estes deputados o que vem sendo feito pela Anatel, principalmente pela agência de São Paulo pela qual o senhor é responsável, mas também a nível Brasil, porque os impactos do Brasil refletem aqui.

Então eu gostaria que o senhor pudesse trazer ao nosso conhecimento o que a Anatel está fazendo para melhorar a qualidade da telefonia móvel no estado de São Paulo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Em primeiro lugar, boa tarde. É uma satisfação. Apesar do clima e do tema ser um pouco ácido, mas nós somos muito bem pagos para isso.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Ácido é o cidadão que tem um serviço caro. Esse é o ácido que ele recebe. Um que é cobrado indevidamente; outro, que não funciona. Então eu não vejo nada de ácido o tema, não. Nós queremos solução para o tema. Ácido é o povo que está pagando. Está sendo queimado com esse ácido corrosivo dessas empresas pela qual a Anatel tem a sua responsabilidade de fiscalizar, que não oferece.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É, talvez eu apresento para o senhor, e no final, com certeza, o senhor mudará de opinião.

Então eu volto a saudá-los aqui, é uma honra. Eu estive aqui na CPI da Telefonia fixa, eu não sei se os senhores eram daqui, mas eu já estava aqui também. Sou funcionário de carreira da Anatel. Não sou paraquedista e nem nomeado por nada. Eu sou um funcionário do cidadão brasileiro, esse que o senhor disse que é ácido. E tenho orgulho disso. Se nós compararmos... antes de comparar e entrar nisso, é bom que vocês saibam que a Anatel não cuida só de telefonia móvel. Cuida de telefonia fixa, rádio e televisão. Inclusive fiscalizamos a rádio e televisão aqui, TV a cabo, internet, serviços de comunicação de toda a espécie. O estado de São Paulo conta com 150 fiscais para todo esse serviço.

Nós temos também, nesse âmbito aí da Anatel, evoluído muito. Tem muito a fazer ainda. O senhor tem toda a razão. Tem muito a fazer ainda. Mas como todo o serviço público, e vocês o conhece bem, ele segue regras. E regras que talvez o próprio legislativo precisa mudar. Porque um servidor público como eu só faz aquilo

que está em lei, nem uma linha pra lá, e nem uma linha pra cá. E todos os regulamentos, os decretos, as resoluções da Anatel passam por consulta pública. E nós convidamos.

Hoje mesmo, nesse horário que eu estou aqui, nós estamos tendo uma consulta pública lá no escritório na Vila Mariana, que todos estão convidados, sobre a mudança de cobrança nos telefones públicos a cartão. Saí de lá um pouquinho agora para vir para cá, passei no auditório, quantos tinham na audiência pública? Só o meu pessoal de apoio. A sociedade não vai. Convidamos Procon, Idec, Ministério Público, sociedade. E a sociedade não participa. Quem que participa? Os lobistas das empresas. E aí sai o regulamento do jeito que eles querem.

Vocês têm aqui uma comissão de serviços públicos que se o senhor concordar eu posso também endereçar os convites a essas audiências públicas, porque vocês representam a sociedade.

Então, o que a gente faz? Cumpre o que está na lei. Como é que está a lei? Quem que fez a lei? É a cabra tomando conta da grama? É. E isso tem um delay entre a mudança e a sociedade. É o que tem.

Então nós ficamos nessa marra de cumprir aquilo que está lá. E, graças a Deus, estamos em um estado democrático, eu não posso intervir. Eu tenho que notificar, seguir todo o processo legal, o amplo contraditório, e a coisa vai.

Entendeu? Tem que ter alguma coisa. Eu, como professor de Direito também, digo a vocês, uma máxima que eu uso com os meus alunos, que é a seguinte: “quem não briga pelos seus direitos não merece tê-los”. Por isso que eu honro estar aqui, porque estão brigando pelos direitos.

E é esse um exercício contínuo que a gente tem que fazer. Fico muito feliz de estar aqui. Porque estou vendo que representantes do povo estão aqui se movimentando para que as empresas que ganham, e ganham muito bem, como já dito aqui, prestem cada vez um serviço melhor.

Nós não podemos proibir de venda porque a sociedade exige. Nós estamos fazendo, implantando um mecanismo, e eu vou, ao longo do tempo aqui, mostrar para vocês, como é que a coisa é feita. Mas mesmo com toda essa situação difícil, quem é que não está com celular na mão aqui? É difícil. Ninguém faz um boicote contra esse serviço. Todo mundo usa. E usa cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor está defendendo o boicote?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu não defendo o boicote, mas qual é a maneira de que eles sintam como é que é a insatisfação?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Então o senhor defende um boicote.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu entendo que a sociedade tem que manifestar essa insatisfação, não cada vez exigir mais.

Cada vez se exige mais, cada vez mais aplicativo, cada vez mais coisa, cada vez mais coisa, “eu preciso fazer, eu preciso fazer”. E aí entra um lado muito difícil. Hoje mesmo se os senhores pegarem os jornais, os senhores vão ver que o governo acena com desoneração para investimentos. O senhor, como investidor, esperaria essa desoneração ou investe? Vai esperar. O senhor precisa responder ao seu acionista.

Então o próprio governo, às vezes, cria situações de que retarda os investimentos. Esse é um problema que o legislativo tem que atuar. Porque eu não posso fazer promessa, “olha, amanhã o investimento será desonerado”. Eu não invisto hoje. Então são coisas que é bom que vocês saibam, o serviço de telefonia móvel não é um serviço público. É um serviço privado. Está lá para ganhar dinheiro mesmo. Não tem mais obrigação de universalização. Eu recebi outro dia um pessoal sem-terra lá de Itaquera, “vocês não vão ter telefone móvel nunca lá”, “por quê?”, “porque são baixa renda, não vai ter! Custa caro. Precisa ter investimento e ter retorno”, porque a cidade de São Paulo, dentro dos indicadores de idealização, já atenderam. É uma relação de mercado hoje. E isso é que precisa mudar na legislação.

Porque se confunde a telefonia fixa com a telefonia móvel que tem obrigações de expansão e continuidade. Teoricamente, eles poderiam falar: “oh, não brinco mais, vou embora”. E a legislação está coberta assim. Acordem para isso!

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor, por favor, mantenha o respeito porque não tem ninguém dormindo aqui. O senhor está falando para uma Comissão Parlamentar de Inquérito e por duas vezes o senhor já incita essa Comissão de maneira desrespeitosa.

Primeiro o senhor falou que a Assembleia tem que estar mais atenta aos legisladores. Cada um aqui é dono da sua função e foi eleito com o seu mandato. Ninguém foi nomeado com cargo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Nem eu.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Segundo, ninguém está dormindo aqui. Então, por favor, o senhor mantenha o respeito com esses parlamentares.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu também quero o meu respeito.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor está sendo respeitado. Então, por favor, se faça a respeitar. O senhor está faltando com respeito quando diz “para acordar”. Não tem nenhum parlamentar dormindo aqui. Por favor, continue na sua apresentação mantendo respeito a essa Casa e a esses parlamentares.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – E a mim também.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor está sendo respeitado.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mas o senhor está falando alto na minha orelha.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Porque o senhor desrespeitou essa Comissão. Por favor, mantenha o respeito. Pode continuar.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pelo menos a minha idade o senhor tem que respeitar.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Por favor. Idade, pra mim, não é sinônimo de respeito. Continua a sua apresentação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Bom, então eu volto a alertá-los, a chamar atenção para que olhem esse problema... fica melhor assim? Melhor assim?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Continua a sua apresentação. Faça o que o senhor achar.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Então, que olhem para esses aspectos da legislação que é muito sutil e, como dizer assim, ténue nessas coisas que a gente não tem como amarrá-las e pegá-las. Porque a gente faz o que está na lei. Entendeu?

O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB – Pela ordem, senhor presidente. Pela ordem, senhor Everaldo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pela ordem, deputado Roberto Massaferra.

O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB – O senhor como professor de Direito, eu gostaria de lembrá-lo que nós temos a legislação federal feita em Brasília, na Câmara dos Deputados Federais, sancionada pelo Senado, pelo Congresso. A legislação estadual, que nós cuidamos, e a municipal.

E todas as suas palavras se reportam à legislação federal. Não há nada em nível de estado que possa ser modificado nesse quadro. E nós tivemos aqui semana passada, o depoimento do pessoal do Codecon, onde disparadamente, as maiores reclamações, em primeiro lugar, no Brasil, é contra a Vivo. Em segundo lugar, contra a Claro. Depois, Casas Bahia.

E que nós aqui em uma CPI da telefonia móvel, constatamos, pela primeira vez que as reclamações da telefonia fixa são muito maiores do que da telefonia móvel. Para surpresa nossa!

Então, quando o senhor fala na legislação, por exemplo, “está havendo uma audiência pública”, nós não fomos convidados. Ninguém. Nós temos várias comissões aqui, ninguém foi convidado. Eu desconhecia isso. Então, será que não existe até algum erro nessa convocação de uma reunião dessa? Onde nós, como representantes do estado, ou do município, não somos nem convidados para participar e depois chega lá e não tem ninguém presente para dar o peso da sociedade?

Então, exatamente, há um grande número de reclamações. Há um grande número de interferências, mas essa Casa, nós, como deputados estaduais, como representantes do povo, do estado, não temos poderes nenhum a não ser o poder político dessa reclamação.

Então, que o senhor fizesse nas suas palavras bem essa distinção, porque não cabe a nós essa legislação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – No meu entendimento, eu acho que cabe, sim, porque eu, como servidor público, não mudo a lei, mas a sociedade muda. Então pode haver uma proposição de alguma alteração em qualquer um, não como deputado ou como Assembleia, como cidadão. Essa comissão será feita e organizada. Porque eu, como da casa, não posso fazer. Eu não mudo a lei. Vocês podem mudar a lei. Ou como deputados ou como sociedade representante dela.

Bom, para o senhor ter uma ideia, São Paulo, como em todos os setores, representa em torno de 40% do Brasil. A ordem da telefonia também. Então, ano passado, de 120 mil horas de fiscalização, 30 mil horas coube a São Paulo para o serviço móvel. E dentro desses valores, dessas fiscalizações, nós aplicamos multas de quase um milhão de reais. 954 milhões. Foram pagos 200. E aí? Melhorou? Então não é que não atuamos. É que depois eu posso mandar para vocês o que apliquei, o senhor, por favor, testemunhe aqui, o que eu apliquei e o que se pagou.

Talvez isso eu não ponho no jornal, diferente da audiência pública que estão em todos os jornais e site. Mas a gente melhora a comunicação. Eu acho que o propósito aqui é melhorar esse estado, por isso eu acho que eu fui convocado aqui, não convidado. Então vamos melhorar esse procedimento, sim.

Então, destas horas e as multas...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Só um minutinho. Pela ordem, deputado Luciano Batista.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Só para não fugir desse tema. Eu queria fazer perguntas em relação a essas multas. Essas multas, esses 200 milhões...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Um milhão de reais. 200 mil vale São Paulo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É milhão. Um milhão.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – 200 mil reais em São Paulo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, 900 milhões.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – 900 milhões, se recolheu 200 milhões. Quase um bilhão de valores foram aplicados em multas.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Então, espera aí, é um bilhão...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pagou 200.

O SR. – 200 milhões.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Em São Paulo. Teria como o senhor mandar para nós esse extrato a que se referem essas multas? Qual a infração. A Anatel multou, mas qual é o assunto que dá mais multa? O que leva a Anatel a fazer essa multa? Qual é a infração que as empresas de telefonia cometem que faz com que a Anatel multe?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Essas cobranças indevidas, o mau atendimento, demora no call center. Tudo isso que é reclamado.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Então, presidente, eu queria pedir, requerer, eu não sei qual é a palavra certa, que nos mandassem para efeito gráfico,

comparativo, ilustrativo, de mostrar. O tema que leva mais multa, é o mau atendimento, é a linha que cai.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu tenho aqui um dado também, o senhor vai ver aqui, olha, nessa distribuição de horas de fiscalização, que reflete isso, que na minha leitura ela atende a multa. O regimento geral do consumidor, que é esse call center, isso aí, 12 mil horas. Call center, mil e tantas horas; cadastro e habilitação, 1300 horas. Só São Paulo, hein. Faturamento, três mil horas; recursos de numeração, 942 horas. Regulamento, quer dizer, infringe o regulamento, duas mil horas. Área de cobertura, sete mil horas.

Então, essas horas aqui, cerca de 30 mil horas que refletiram nessas multas que são todos esses tópicos, inclusive o seu caso de cobrança indevida.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Seria importante mandar, até vou procurar um meio tempo, o presidente me permite, porque com esses números na mão, não só o número cheio de 200 milhões, mas destrinchando, nós podemos até mandar um relatório final para o Congresso, para a Câmara Federal, para que ela possa tomar as medidas a nível federal.

Como foi falado pelo deputado Roberto Massafra, nós não podemos alterar a lei federal, mas nós podemos sugerir, através do relatório final, que a Câmara, baseado no fim dessa CPI, no que vai reproduzir de material, que ela possa fazer as alterações que aumentem essas multas, ou que acrescente mais algum artigo que puna as concessionárias.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Hoje foi citado aqui o Ministério Público e no estado de São Paulo a gente tem uma parceria muito boa com o Ministério Público Estadual, eu mesmo tenho ido em várias audiências, convidado, não convocado, para que a gente participe...

O SR. – Presidente, pela ordem. Eu não sei se o senhor está sendo irônico. Por que o senhor insiste com essa coisa de ser convidado ou não convocado? Incomoda o senhor?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, de maneira alguma. Tanto é que eu estou aqui com muito orgulho.

O SR. – É que o senhor fala assim, “convidado e não convocado”. Parece que o senhor está satirizando. É a sensação que dá.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ta bom. Sei lá. Não me atentei a isso.

O SR. – É só para esclarecer.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não me atentei a isso. Então, mas mesmo assim, chamado a isso, eu acho que nós temos grandes parcerias com eles, e temos feito trabalhos conjuntos de qualidade, esses casos todos pontuais. E o que tem resultado e é a linha do Ministério Público, é em TACs com as empresas.

Então tem um problema? A gente faz as medições, faz lá o nosso trabalho. Apresentamos esse relatório ao Ministério Público, e aí ele chama as empresas e faz um TAC. Então, diferente da multa, porque a multa, queira ou não queira, ela acaba incorporando no custo da tarifa.

Então eu não sei até quanto a eficácia da multa. Porque não tem como separar isso na composição de custo. Então o TAC, ao meu ver, eu acho que tem sido um bom remédio, no sentido de fazer com que façam, do que multar, não resolver o problema, como é o seu caso. E continuar. Entendeu?

Então o TAC eu acho um belo instrumento.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Fazer um parênteses para registrar a presença do deputado Alencar Santana, membro efetivo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Queria cumprimentá-lo, presidente. Se me permite a palavra. Eu não sei como está a inscrição aí, assim que tiver a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Deputado Roberto Morais é o primeiro inscrito. A Vossa Excelência é o segundo deputado inscrito. Pode continuar.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Bom, no sentido desse de melhorar o serviço, no novo regulamento que começa a ser implantado agora com a tecnologia, o 4G, porque hoje existe uma coisa no regulamento, também é tudo aquilo que eu falei, como é feito o regulamento, né? Através de audiências, consulta pública, hoje a Anatel conseguiu na implantação do 4G, que é o que está entrando agora aí, uma extensão da área de cobertura para 30 quilômetros da sede do município.

Então isso tende rapidamente que a população perceba uma melhoria digital porque ela vai usar uma outra frequência de transmissão que é maior. Por isso que estão saindo aí os canais analógicos, radio-analógicos, que é para o digital. Então o 4G tem. Porque hoje, em uma cobertura, 80% do município. É isso que está no regulamento.

O que é 80%? Algo móvel que vai se adaptando ali. Então sempre o lugar que você vai está dentro do 80%. Dificilmente está nos 20%. Com a nova tecnologia tem. O que tem retardado muito esse avanço? Cada prefeitura tem uma legislação própria ou não tem, o que é pior ainda, de implantação. E acaba dificultando e retardando a implantação de torres de transmissão, de sistemas, porque passa a ser onerosa e dificulta.

Então, isso eu também sei que na esfera federal existe lá um projeto de lei para a lei das antenas, mas eu acho que isso não resolve porque é um balizamento que deve ser também revisto. Porque se não tiver condições, eu conto aqui o caso de Mogi, que fizeram uma legislação lá que uma torre tinha que estar a 100 metros de distância de todos os sentidos, todas as laterais. E Mogi não tem um terreno desse. 100 metros pra lá, 100 metros pra cá.

O SR. – Que Mogi?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mogi das Cruzes. Então como é que você vai fazer e implantar? Não tem. Piracicaba agora, mandou tirar tudo porque diz que complica. Não pode. E aí uns mitos que existe aí de que faz mal ou não faz mal. Polui e etc.. Então também tem as dificuldades, eu acho que esse é um

exercício que a gente tem que estar atento para que uma coisa não seja amarrada à outra.

E isso, com o tempo, aquele monstro que é uma ERB do lado de casa, ninguém vai querer, porque todo mundo quer ir na feira e tomar caldo de cana, mas ninguém quer a feira na porta de casa.

E assim é a ERB. Com essas novas tecnologias, o tamanho da torre, a antena, é bem menor. Então isso passa lá. Eu acho que essa parte aí de ofender o visual, o lado urbanístico ela tende a melhorar.

Então isso, com o tempo, isso vai melhorando, tá? Uma outra coisa que a gente tem que ver, que além de todo mundo ter o seu celular, hoje as maquininhas de cartão de crédito, maquininha de coiso, rastreamento de carro, tudo é um chip. Tudo corre com o número de celular. Hoje são 300 milhões no país. É um negócio complicado. Sendo que cerca de 120 milhões estão no estado de São Paulo.

Se nós temos uma população aí de 35 milhões...

O SR. – 42 milhões.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – 42 milhões. Então são 120, cada um tem três. Então tem alguém que tem mais aí, porque eu só tenho um. Mas tem todos esses serviços que acabam aumentando esse número, que são os carros, rastreadores, as maquininhas de celular, e por aí vai, né? Quer dizer, é um confronto. A sociedade cada vez mais exigindo mais. Tem o lado da democratização do serviço, que todo mundo tem. O que o senhor tem, o funcionário mais humilde dessa casa também tem os mesmos serviços.

Tem o lado bom que a gente não pode descuidar, é que eles deixem de cumprir com a sua obrigação, que eu uso uma máxima também que é o seguinte: que telecomunicações é o segundo melhor negócio do mundo mal administrado. Imagina se fosse bem administrado. Que mudou o conceito. Isso é uma coisa que eu também chamo atenção, porque eu sou da época que o camarada entrava lá na empresa, fazia uma carreira, chegava lá e conhecia tudo do seu sistema.

Hoje, é uma empresa que visa lucro, não é uma estatal. Faz o serviço, normalmente terceirizados, departamentalizados e cada um segue as suas metas. E isso tem colaborado e eu acho que eles vão começar a perceber que para otimizar isso, porque as vezes a crise é muito boa para isso, tendo uma crise e se o faturamento

começar a cair, eu tenho que otimizar os meus processos. E otimizar os meus processos significa manter melhor os serviços.

Então eu acho que tudo isso vai ajudar. E o que nós estamos fazendo para melhorar? Esses regulamentos que estamos implantando, o acompanhamento disso junto as empresas, esse trabalho aqui é uma ajuda crucial para melhorar o serviço, porque chama atenção, dispersa a sociedade, eu elogio isso, parabenizo o nobre deputado aqui, por isso. E é assim que tem que ser, não descuidai. Eu, como cristão, vou dizer, não é orai e vigiai, é olhai e vigiai. Nós temos que estar muito atento ao que faz, porque acabou-se criando como se fosse um serviço de primeira necessidade, e hoje ninguém vive mais sem ele, com tudo isso que tem aqui de reclamação.

Então nós temos que continuar nessa luta, vocês cobrando sem dúvida, a sociedade cobrando, porque vocês representam a sociedade e eu faço parte dela, e humildemente aqui estou para dar a minha contribuição e sempre que possível abrir, no que vocês quiserem acompanhar, fazer, se quiserem, acompanhar uma fiscalização como a gente fez, um processo, está aberto aí. Como isso é feito, como é que é selecionado, isso nós teremos o máximo de transparência para que vocês sintam-se à vontade para acompanhar isso e nos ajudem, porque quem está de fora vê melhor.

Às vezes a gente está imbuído lá e às vezes não vê o óbvio. Eu fico muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Está inscrito para suas perguntas o nobre deputado Roberto Moraes.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Obrigado, seu presidente. Deputados que acompanham a nossa Comissão, a nossa CPI, as pessoas que acompanham, o senhor Everaldo que aqui está.

O senhor concorda que o serviço da telefonia móvel é de má qualidade?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, para quem já viu o pior, eu acho que ele está melhorando. Eu acho que ele tem muito a melhorar ainda. Porque hoje se fala, hoje eu estava vendo uma reportagem da Suíça, no caso daquele julgamento do brasileiro lá, e o telefone caiu também lá.

E aí que entra alguma coisa que a gente tem que estar muito atento. A tecnologia usada na Suíça, nos Estados Unidos, é a mesma que se usa aqui.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Não é a mesma?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É a mesma. Se funciona lá, funciona aqui, porque não existe nada de diferente. Se o senhor for em uma central telefônica deles, se o senhor for aí, é a mesma coisa. Ninguém inventou nada.

Como é que se funciona lá e aqui não funciona? Aí é o dimensionamento. E esse é um trabalho que temos que fazer. Se realmente a rede está dimensionada para essa demanda.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Mas aí a minha pergunta. Já que o senhor concorda que o serviço pode melhorar, mas a mesma tecnologia nos Estados Unidos é a do Brasil. Lá funciona e aqui, não. O que a Anatel está fazendo em termos de fiscalização contra as empresas de telefonia, que todas, sem exceção, nós temos reclamação. Eu só tenho uma, que é a Vivo Morto, desde que surgiu é a mesma, que eu não consigo falar. Eu sou de Piracicaba e venho diariamente à São Paulo, aqui indo para o meu quinto mandato de deputado estadual, e não consigo falar na estrada. Não consigo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Na estrada o senhor falou?

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Além da cidade... eu estou falando da estrada porque eu ando 320 quilômetros por dia no sistema Anhanguera-Bandeirantes, que é a melhor rodovia do país para se andar. Isso através do CNT.

Então, o que está sendo feito? O que a Anatel faz, se o senhor, como responsável pela Anatel de São Paulo, concorda que a mesma tecnologia dos Estados Unidos e lá funciona e a do Brasil, aqui não funciona?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É simples responder. É uma coisa das amarras legais. Piracicaba tem um problema lá de instalação de ERB. Hoje é um empecilho violento se instalar lá, até o Ministério Público foi contra. Eu estive lá em uma audiência, quase que chegamos ao ponto de eu determinar às empresas: “desliguem o serviço aí”. Está por pouco.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Uma lei municipal?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É. Está por pouco a gente mandar desligar lá. É que eles não tem coragem. Porque se criar o caos e dizer que o prefeito foi culpado disso, no dia seguinte sai instalando ERB.

Eles não conseguem instalar. Criou-se uma rejeição tremenda ali. Lá é um problema político e sério. Não técnico. Se instalar, vai funcionar.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Eu queria saber da estrada, na rodovia.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Na estrada o senhor vai ter uma surpresa seguinte, no regulamento eles não são obrigados a cobrirem estrada.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Então o celular, a gente paga caro, não é para usar na rodovia, é isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha como eles veem...

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Rodovias pedagiadas, pedágios caros, as melhores rodovias, entre as 10, as nove no estado de São Paulo, as companhias, elas cobram o que elas querem, ganham o que elas querem, não são obrigadas a colocar torre na rodovia?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O senhor tem toda razão, mas legalmente não. Aí que eu chamo atenção que a gente precisa mudar a legislação. Por que isso? Eles até atendem hoje, por interesses comerciais. Mas não por obrigação regulamentar. E existe em estrada um outro empecilho, que eu mesmo já estive com o governador, é uma área de concessão, eu não posso implantar 12 metros de cada lado, eles não conseguem entrar na área de concessão. Esse é um problema seríssimo, legal, que precisa ser discutido.

Se ele quiser instalar, não. Ele vai ter que pagar para a concessionária ver se tem e não tem.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Está no contrato da concessionária?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Está no contrato da concessionária.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Ele, posto de serviço, qualquer tipo de comércio.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Só que aí eles não entendem. Então onde pode entrar uma parceria boa? Porque se não tiver parceria, já que é um serviço privado, alguém tem que sempre ceder para que a sociedade acabe ganhando.

Então tem outras áreas que é de proteção ambiental. Essa eles não entram. Que é o caso da via Anchieta aqui e Imigrantes. Clandestino tem de monte, barraco, invasão, ocupação, mas ERB não pode ter porque é uma área de proteção ambiental. E o próprio governador me ligou pedindo para que intervisse quando caiu aquela barreira lá e a gente acabou fazendo porque ficou muita gente em pânico, embora você fale: “não, são frações de segundo no túnel”, frações de segundo se você passar, mas se tiver parado é uma eternidade.

Então até hoje não conseguimos desentranhar esse nó do ambiental.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Senhor Everaldo, o senhor conhece o prédio aqui da Assembleia Legislativa?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Conheço. Conheço bem.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Por que tem pontos dentro da Assembleia que a gente não fala ao celular?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Primeiro que os reforçadores que estavam aqui foram tirados. Os reforçadores de sinal, a pedido de alguém. Segundo, que toda estrutura de concreto ela acaba sendo uma barreira para o sinal. E aí só pode funcionar com reforçadores instalados pelas empresas. Não vão cair na armadilha de um curioso vir aqui porque isso é furto de sinal. E tem bastante.

Então a empresa tem obrigação, aí para o senhor entender um pouquinho, o senhor compra o celular, mas não fala na estrada. Olha o que diz o regulamento, no

pré-pago eu vendo para qualquer um em qualquer lugar porque eu não sei onde ele vai usar. Então não tenho obrigação. Mas um pós-pago, que eu tenho cadastro, eu só posso vender onde eu tenho área de cobertura. Então ele vai sempre pedir o endereço, e vai ver se lá tem área de cobertura. Então ele vende.

Agora, ele não vai vender porque “Olha, eu vendi no seu domicílio, ou no seu trabalho, mas na estrada, não”. Essa é uma pegadinha da legislação que precisa ser facilmente alterado. Onde eu digo que a sociedade pode exigir isso. Entendeu? Que são obrigações de continuidade do serviço, se confunde o que é telefonia móvel, fixa. Ninguém, hoje, como TV, o que é UHF, VHF, ninguém sabe o que é, eu quero assistir TV.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – O senhor sabe que a gente é procurado, o cidadão confia no trabalho do parlamentar, eu, como todos os deputados aqui, e muitas vezes, vamos deixar a estrada, vamos deixar o prédio da Assembleia, vamos sair de baixo do concreto, vamos andar pela cidade. Então, muitas vezes o senhor está ao celular, com o senhor deve ter acontecido também, já que o senhor tem uma linha de celular...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tenho.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – O senhor disse aqui. Qual é sua operadora?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Claro.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Claro. Tomara que seja melhor que a minha, viu?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Funciona direitinho.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Porque a Vivo minha não funciona. O senhor está na cidade, vamos falar da cidade de São Paulo, maior cidade do país, o senhor está falando e a linha cai. Aí o senhor liga novamente, pergunta técnica, e

pergunta que a população faz para gente, isso é uma pegadinha das operadoras para que cada ligação que você faça você continue pagando mais?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não. O regulamento, hoje, se o senhor retornar uma ligação, até duas ligações, em alguns segundos, ela tem que ser gratuita. Não é mais cobrado. Isso aconteceu, na época, com a TIM, que havia indícios de que eles derrubavam chamadas e cobrava.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – O que a Anatel fez diante desse indício.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Multou. Nós constatamos. Hoje não pratica mais isso.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Mas foi constatado isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Foi constatado...

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Então a TIM lesou o brasileiro aqui?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É difícil falar se foi dolo ou culpa porque os sistemas não estavam preparados. Porque todo o sistema, aí para o senhor entender o seguinte, entra uma coisa mais complexa que é o aparelho homologado ou não. Um aparelho homologado, que tem o selo da Anatel, passou por um teste. Se eu estou entrando em uma área de sinal baixo, ele comunica com a central, ele derruba a chamada e ele não considerada aquilo uma queda de chamada. Então não tarifa e a Anatel não considera aquilo uma falha na prestação do serviço.

Se eu estou entrando na garagem do prédio, idem. Se tiver acabando a bateria, todo mundo vê que fica apitando, esse apitando está trocando um protocolo com a central dizendo “olha, a bateria está acabando”. Se cair quando a bateria acabou, também não considera uma falha de serviço.

Aí nós fomos descobrir que tinha cerca de 40% da rede era Ching-Ling. Óbvio que um aparelho mais barato não tem esse recurso e esse software embarcado. E aí se constatou. Por isso que eu digo, o próprio cidadão é vítima disso. As empresas tem

uma parcela de culpa porque autenticam na rede um produto não homologado, que não pode; hoje já diminui bastante, mas ainda tem.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Não tem uma fiscalização em cima disso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tem. Tem. Tanto é que está aqui nessas multas. Mas eu digo, “e aí? Fiscalizo, multa?”.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Além da multa, se a empresa for reincidente...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Vai agravando.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Só o valor da multa?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É. Vai agravando.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Eles vão repassando para nós, né? Porque...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É isso que eu falo. Desculpe, às vezes, divagar, o senhor não gosta muito, mas é o meu jeito, desculpe. Não é ironia, nem nada, não. Mas é o meu jeito.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor não conhece os meus gostos. Como eu não gosto muito?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu estou aqui para conduzir a sessão e você faz avaliação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu não faço nada. Mas aí...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É o que parece, pela qualidade da telefonia.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É. Talvez. Mas aí tem o seguinte, eu me perdi...

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Eu perguntei ao senhor sobre a reincidência de multas.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ah, a reincidência de multas. O cidadão...

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Nós pagamos a reincidência da multa.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu digo o seguinte, se todo mundo cumprir o que está na lei, não precisava de fiscal, nem polícia e nem nada. Cada vez que a gente precisa investir mais nos órgãos fiscalizadores é porque o cidadão não cumpre. E isso o empresário também tem que ser chamado a responsabilidade de comprar. Não só a razão social. Essa é uma outra luta que se tem, de trazer o dirigente de uma empresa dessa a responsabilidade, que é uma pessoa jurídica, que todo ano muda. Muda o diretor, muda o superintendente.

E você pune a empresa, não o dirigente disso. Entendeu? Então são coisas que a gente tem que começar a melhorar para que alguém tenha aquela continuidade e a responsabilidade.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Existe uma lei federal que rege a telefonia no país. Quando o senhor fala que as multas são reincidentes, aumenta o valor da multa. Existe alguma discussão lá do Ministério das Comunicações de se penalizar para valer? Tirar, excluir a operadora do país, fechar a operadora? Existe alguma discussão nesse sentido?

Seu Everaldo, por mais que se discute aqui, a gente tem até os funcionários da Casa acenando positivamente com a cabeça, a nossa TV Assembleia transmitindo, essa CPI vai ser reapresentada em vários horários na nossa grade de programação, ela está ainda aí, e o que vai acontecer? Nada. Nós estamos aqui investigando, o trabalho da Comissão será enviado ao Ministério Público. Mas o que vai acontecer? O que nós vamos fazer? Como é que nós vamos buscar uma solução para um serviço caríssimo e de péssima qualidade de todas as operadoras? Aqui não salva nenhuma. Porcaria. Todas, sem exceção. Quem está dizendo é o deputado Roberto Morais, com a concordância dos demais deputados aqui. Que ninguém aqui discorda do péssimo serviço da telefonia.

Quando o deputado Orlando Morando propôs essa CPI, o que nós recebemos, todos os deputados que compõem, e demais deputados que não compõem, já que aqui é uma Casa e são 94 parlamentares, foram realmente cumprimentados. É vexatório, é vergonhoso, hoje, você estar no celular, trabalhando, resolvendo... a gente que é político, toda hora é problema, cidadão ligando, prefeito ligando, vereador ligando, falando com os secretários de estado, falando com o governador do estado, você não consegue falar.

O senhor, como autoridade máxima do maior estado do país, qual é a solução? Qual é o caminho que devemos seguir?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – No nível do estado de São Paulo, eu cumpro o que está no regulamento. Eu não sou o regulador. Eu sou um fiscal que cumpre o regulamento. O que tem que fazer? Esses regulamentos que nós temos, passem por contínua evolução e melhoria para que essas coisas sejam mais rápidas, mais fácil de ser apuradas e as empresas corrijam suas falhas mais rápido.

Não, hoje, todos esses trâmites que possibilitam uma demora na solução. Essa atuação que eu citei para o senhor do Ministério Público Estadual fazendo o TAC com as empresas tem me parecido uma boa saída. Independente do que está no regulamento. Porque eles também precisam melhorar...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor me permite um aparte? É que segunda vez o senhor insiste no TAC e a gente tem tido êxito nas mais diversas esferas, não apenas em telecomunicação, com TAC.

Mas o Ministério Público me informou que foram realizadas até hoje apenas três TACs com a operadora TIM. O senhor confirma essa informação?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim. Confirmo, mas é que as outras estão em andamento.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É que o senhor exalta tanto o TAC, eu não estou desmerecendo, é que só foram feitos três até hoje.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas aqui nós estamos discutindo só São Paulo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Então, mas no estado de São Paulo mesmo, nós tivemos já em Presidente Prudente, lá em Piracicaba, Presidente Venceslau, Mogi das Cruzes, todos estão em andamento.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Só que em Piracicaba em função de uma lei municipal aprovada pela Câmara, sancionada pelo prefeito, que proíbe a instalação de torres.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É, mas o Ministério Público está acompanhando no sentido de fazer, além do programa de instalação, os reflexos dessa não instalação. Então o promotor, o primeiro promotor já me procurou também e a gente está tendo essas audiências com as empresas no sentido de que equacionar o problema da instalação, do compartilhamento das torres que já existem, quer dizer, eu não preciso pôr mais. E esse é o regulamento.

Então, objetivamente, o que eu posso fazer para não ficar no vácuo? Revisão contínua desse regulamento e atuação, para que ela não seja nesse prazo tão longo. Eu acho que o resultado desse trabalho aqui será uma forma também de pressão à Anatel para que ela avalie esses procedimentos para dar uma resposta mais rápida.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Obrigado, senhor presidente. Por enquanto estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Agradeço a colaboração do deputado Roberto Morais. Passo a palavra para o deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Cumprimentar novamente o nosso presidente, deputado Orlando, demais deputados. Representante aqui da Anatel.

Eu cheguei a essa Comissão, estava vendo o deputado Luciano fazer suas perguntas, o senhor estava respondendo também falando sobre os TACs que o deputado Roberto Morais há pouco também falou.

O senhor disse o seguinte: “É melhor o TAC do que a multa porque senão acaba incidindo o preço para o consumidor”. É lamentável isso. Significa dizer que nós não temos que punir. E outra, se uma empresa está fazendo muito TAC, também tem um erro. E aí tem um erro, inclusive, por parte do MP que permite isso. Se faz um, não cumpre; se faz um e continua o problema em outra área e continua fazendo TAC, nós só estamos permitindo que a empresa saia, deixe de ter a multa, e de uma certa maneira – só um segundo, por favor – acho que para ela, do ponto de vista da imagem, e as empresas prezam muito suas imagens, é melhor não ter a multa do que ter o TAC. Nós estamos ajudando a empresa.

E também é um grande equívoco, uma contradição, por parte da Anatel, se permitir que devido a irregularidade, erro, uma prestação de serviço, má qualidade, não investimento, mais diversas razões, as empresas que cometeram essas infrações deixem de ter a multa, o que não é bom para ela porque vai incidir o preço. Quer dizer que nós temos uma falha aí no procedimento.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – E se é uma questão de regulamento, e a Anatel como órgão regulador, poderia, inclusive, propor, discutir com o Congresso Nacional, eventuais mudanças na legislação. Esse é o primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Me permite, Alencar? Para esgotar uma pergunta, para gente facilitar. A grande maioria de tarifas de serviços públicos prestados por empresas privadas é sempre autorizada pela agência reguladora, pelo órgão regulador. Energia elétrica só tem o aumento da tarifa quando é autorizado, e vários produtos, até remédio que é feito exclusivamente pela iniciativa privada.

Quando o senhor coloca que a multa volta para o consumidor, não tem uma regulação anual que permite o aumento na tarifa? Eu confesso o meu desconhecimento em relação a fase tarifária de operadora de telefone. Porque aí é muito cômodo, eu vou começar pedir para não multar mais porque o consumidor...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – É contraditório.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Se o cara multa, ele recebe.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Só que serviço móvel não é tarifa, é preço. É serviço privado, não é público.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas não tem um teto no preço?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não. É a lei de mercado, deputado.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Não tem nenhum...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, é a lei de mercado. É oferta e procura.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Para eles é bom, então, porque se o cara fizer errado... Desculpe, senhor Everaldo, as empresas não estão

sendo punidas. A partir da vossa resposta eu tenho a seguinte conclusão, as empresas não estão sendo punidas. Porque se elas forem punidas, elas conseguem receber depois, pelo que o senhor mesmo disse, que o senhor incide no preço cobrado do consumidor.

Então elas não estão sendo punidas. As multas saem de nós mesmos. Nós mesmos pagamos aquilo que os caras fazem errado. Pode responder.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Quando o senhor falou do TAC, já tem até um acórdão do TRF-4 que não isenta, não dispensa o pagamento da multa mesmo com o TAC. Não significa que TAC, nós abolimos a multa. A multa continua sendo aplicada e devida.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Daquela multa objeto do TAC?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim. Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Então para que o TAC?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O TAC é para ter um acompanhamento maior de órgãos externos no cumprimento daquilo e tornar-se público.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Desculpe. Não precisa. Os órgãos de controle, de fiscalização do consumidor, da Anatel, o Ministério Público, qualquer um, independente do TAC, então, pode agir.

Ou será que ele só age... então se a empresa não topar o TAC os órgãos não podem agir?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O TAC nos obriga, tanto o Ministério Público, quanto Anatel, acompanhar todas as etapas daquilo...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Se não tiver o TAC, o que vocês fazem?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Continua na rotina do regulamento, eu fazendo um cronograma que vem de Brasília de fiscalização, as demandas que vem de lá para fiscalizar, eu vou pontuar e vai continuar. Por isso que eu falei, o regulamento precisa ser revisto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Por quem?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pela Anatel.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – E por que a Anatel não revê?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Porque alguém tem que motivar a Anatel a rever. E eu, como servidor da Casa, não faço isso. Vou levar isso aqui diante do resultado aqui. Que a sociedade tem que cobrar da Anatel essas mudanças.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – E a Anatel não pode agir vendo os órgãos, o número de reclamações, os órgãos de consumo, número de ações?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Aí que é feito, deputado. Que tudo isso aqui, o senhor veja que só no ano passado tiveram três novos regulamentos para o serviço móvel pessoal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Então ela pode rever?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ela revê. Mas o que eu digo, é que na expectativa do senhor, nossa, é lento isso. Porque passa por todo aquele trâmite de elaborar a consulta, blábláblá, a coisa não é um rito sumário. Entendeu? A percepção...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – A Anatel publica as multas?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Publica por Diário Oficial. Todas elas publicadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Precisa dar uma vinculação maior a isso, às principais multas.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tudo publicado no Diário Oficial.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Talvez, o que as empresas mais prezam nessa questão é a imagem delas.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Todas as multas são publicadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Se tiver uma publicidade das multas que estão sendo aplicadas a essas empresas, e o cidadão perceber com clareza quem está prestando mau serviço, com certeza teremos repercussões.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Todas as multas são publicadas.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Só para continuar aqui uma outra questão. É contraditória essa questão da multa. Eu acho que a Anatel tem que agir com maior rigor e defender o interesse público.

Sobre o serviço, eu concordo também, não é privilégio de Piracicaba que tem uma lei municipal que impede as antenas. Eu passo todo dia na principal rodovia do país, que é a Dutra, tem um trecho, se eu estou falando ao telefone eu já aviso a pessoa: “vai cair. Daqui a pouco eu te ligo”. Não tem sentido. E na cidade de Guarulhos, a segunda cidade do estado de São Paulo, um milhão de trezentas mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu corroboro. Eu uso o trecho todos os dias de uma rodovia urbana dentro de São Bernardo,

chamada estrada Galvão Bueno. Eu faço como o senhor. “Oh, eu te ligo daqui a pouco porque vai cair”. E não é uma rodovia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Pois é.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Bairro Batistini. Eu dou o nome do bairro. É altura do número 2000.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – E a Dutra é na altura do Shopping Internacional. Ali é batata.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pouco movimentada. Deve ser por isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Passou ali. Caiu. Do lado da cidade tem o maior aeroporto do país. Alguma coisa de errado tem.

Me desculpa, seu Everaldo, o senhor falou da legislação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Vou anotar isso aí, vou mandar ver, porque nunca chegou.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – O serviço concorda aqui, deputado Roberto Moraes, é lastimável.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Só um aparte, não sei se o senhor estava quando eu me referi, aliás, eu já referi em várias Comissões, Comissões de transportes aqui da Assembleia, eu faço todo dia Piracicaba – São Paulo, sistema Anhanguera – Bandeirantes, a Bandeirantes, segundo a CNT, é a melhor do país, né?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Eu escutei a Vossa Excelência falar.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Para se transitar, também não pega.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Shopping Internacional na rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo, um pouquinho antes da rodovia Fernão Dias.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A sua operadora é...?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – A minha da para se chamar de Vivo. Morto, né? Como o Roberto Moraes disse aqui, é Morto.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Está que nem o volume, morto.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – É. E a Dutra, vindo de Bom Sucesso para cá, então vamos estender logo para resolver o problema, vindo de Bom Sucesso para cá, também tem outros problemas.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Já que é gravado e publicado, eu estou tornando aqui que eu convidei o deputado, nós vamos fazer uma medição lá, e ele vai acompanhar. Se o senhor quiser também, a gente encaminha e acompanha.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Por favor, faço questão.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Um aparte. O senhor vai ter que fazer medição em todas as rodovias do estado.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ótimo. É uma demanda que veio de fora que eu tenho que atender.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Seu Everaldo, só fazer uma outra questão sobre o serviço, depois eu vou falar novamente da questão da legislação. Eu concordo com a qualidade do serviço. E a gente paga, às vezes, 4G, eu fico procurando, toda hora olhando para ver se vai ter uma hora o 4G no meu celular.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O seu aparece um tal de GPRS agora também?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Aparece, eu não consigo entender o que é isso. Eu penso que é GPS. “Está procurando o local do celular?”. Aparece isso e não funciona internet, não funciona serviço. Esse GPRS está toda hora.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O que quer dizer isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É o 2G. Ele cai para o 2G.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB - É pior ainda?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ele vai fazendo, ele vai mudando...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É quase constante esse 2G, então, hein?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Porque ele não deixa de prestar um serviço. Ele vai buscando as plataformas. Cai um, vai para outro. Porque pelo menos voz tem que ter.

O SR. – 4G tem preconceito.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O 4G de fato...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Esse 4G a gente paga, mas não aparece, viu? Não sei que lugar a gente acha. Nem na sede da operadora quando você vai na lojinha lá.

Então eu acho que tem que dar uma atenção especial e exigir o investimento, afinal de contas, as empresas...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Nesse regulamento que eu disse que é um dos estudos que está para esse ano aqui, o acompanhamento de

investimentos é uma coisa que nós estamos inovando porque não era previsto acompanhar investimento. A Anatel, através de uma superintendência criada nova lá em Brasília que chama-se Controle de Obrigações, uma das áreas dela será acompanhamento de investimento.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Até porque elas vendem esse serviço e mais caro do que outros serviços. Então tem que ter exigência do investimento.

Sobre as antenas, o senhor colocou que, por exemplo, que nas rodovias concessionadas, não tem obrigação, o regulamento não prevê obrigação para as empresas instalarem.

Agora, de fato, se comunicar, na verdade, além de um direito, hoje é uma necessidade. Os senhores, a todo momento, estão conversando.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Estamos atentos a isso.

O SR. ALENCAR SANTANA – PT - Não tem sentido. Afinal de contas, não deixa de ser um território. Está dentro de uma cidade, está dentro de um estado, né?

O senhor entende que a Assembleia Legislativa tem competência para fazer uma lei dizendo que compete às operadoras que prestam serviço aqui no estado de São Paulo instalarem as antenas nas rodovias?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A instalação, sim. A cobertura ela virá em consequência...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Não, de garantir a cobertura nas rodovias. A Assembleia tem competência para isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – No meu modo de entender, eu acho que ela tem competência para autorizar a instalação em áreas de rodovia.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Para exigir.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ninguém vai instalar uma torre, e se não tem, pendurar uma antena lá para cobrir. Hoje, o que eles alegam? “Eu não consigo instalar a torre”. Porque não é só instalar, como é que eu levo energia? Como é que eu mantenho segurança? Porque é uma área desprotegida.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Sim, mas o senhor colocou também que eles não tem obrigação pelo regulamento.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pelo regulamento, hoje, não tem. Não tem obrigação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – O senhor entende que do ponto de vista legal, a competência da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, de exigir que as operadoras...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pode. O senhor não vai fazer a cobertura do serviço. O senhor vai dizer a prestação do serviço. Que a rodovia sendo integrante dessa unidade da federação, tem obrigação de cumprir.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Sugerir ao deputado Orlando, como presidente, que de repente Vossa Excelência propor um estudo nesse sentido, fazer uma legislação como consequência do resultado da CPI para exigir que as operadoras garantam a prestação do serviço em todas as rodovias, sejam estaduais, sejam federais, que passam pelo estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Deputado Alencar, só um minutinho. A ideia da CPI também, na sua conclusão, e aí a gente também está procurando trazer alguém da área da saúde, é uma das minhas perguntas, porque aí é mais abrangente. Porque eu reconheço essa dificuldade de cidades, talvez em Piracicaba, que não deixam instalar. Então também não podemos exigir um serviço que o próprio município está proibindo a instalação de novos sites, antenas assim, colocados.

Eu acho que nesse arcabouço mais completo, não só de rodovia, porque eu abri esta CPI dizendo o seguinte: “aqui não há injustiça, nós queremos é melhorar o

serviço”. E também, em determinado momento, não nos cabe culpar a operadora se ela é vítima. Eu acho que hoje ela é vilã. Mas em alguns casos ela é vítima. Está aí um exemplo. Ela pode até querer de instalar uma antena e estar impedida por isso.

Eu acho que a elaboração de uma legislação que nós temos que aprofundar muito porque o município tem soberania sobre a diretriz de zoneamento, e aí é um conflito grave, está certo?

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Só um aparte. Eu acabei, no momento da minha fala, eu não questionei o senhor Everaldo, ele não citou saúde, ele citou poluição, poluição com relação visual. Lá na nossa cidade, lá em Piracicaba, eu sei porque eu conheço até algumas pessoas que fizeram movimento, inclusive no bairro de Santa Terezinha, uma cidadã morava em um bairro, ela teve um câncer no reto. Ela foi curada. Ela mudou-se para esse bairro Santa Terezinha, comprou uma casa, ao lado da casa tem um terreno e nesse terreno foi instalada a torre. Aí que se originou a lei municipal impedindo a instalação.

E segundo ela, já comentamos esse assunto aqui, foi provado pelo médico que a radiação da torre dá o câncer. Eu não sei qual é a pergunta que o deputado Orlando Morando vai fazer, mas apenas essa colocação. Foi isso que aconteceu. Não foi essa poluição visual, ambiental, não. Foi questão de saúde que a Câmara Municipal acabou tomando por emoção e aprovando esse projeto. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – No mesmo contexto. Se existe estudos que comprovem isso. O que Anatel tem em relação a este tema de saúde pública correlacionado à emissão do sinal? O que pode afetar na saúde do ser humano?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Bom, em primeiro lugar a Anatel, ela, consciente desse dano, ela como é membro, hoje, do ICNIRP, Instituto Internacional que Controla Radiação Não Ionizante, e junto com o Ministério da Saúde, existe um trabalho conjunto, eu não chamaria de uma comissão permanente, e a Anatel, por cautela, se a ICNIRP recomenda 10%, a Anatel pôs 15%. 50 a mais por cautela.

Todas as medições que nós fazemos em todas as ERBs estão tudo abaixo do limite mínimo permitido.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor pode garantir que não tem risco à saúde pública as antenas instaladas?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não existe, porque elas estão tudo abaixo. E quem está abaixo da antena está mais protegido ainda.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – O senhor tem laudo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tem. O senhor imagine uma torre aqui, como é que ela irradia? Para lá e para cá. Aqui não pega. Aqui está protegido, quem está aqui...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas embaixo tem sinal do celular.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tem sinal, mas não irradiação. Entendeu? Isso a gente tem essas medições contínuas, isso a gente faz contínuo.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Não há problema de câncer?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Se quiser acompanhar também uma medição dessa, o senhor vai acompanhar...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Senhor Everaldo, deixa eu te falar, não compete a nós, apesar da gentileza de convidar, ninguém aqui é técnico de radiação e nem de sinal. O importante é sua confirmação...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não há.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Que não oferece risco. Então vai ficar registrado aqui na ata de que o senhor confirmou a esta CPI de que as antenas não oferecem nenhum risco à saúde pública. O senhor confirma isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Confirmo. Everaldo Gomes Ferreira. Eu confirmo isso e com o dado seguinte: são mais de sete bilhões de aparelhos celulares no mundo. Se fizesse mal, cadê os cadáveres?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Seu Everaldo, voltando a uma outra questão aqui. Eu acho que tem outro problema, o consumidor é lesado, no preço. Quando eu compro uma caneta, eu posso comprar essa caneta hoje e pagar X. Comprei esse produto, ele é meu, eu faço com ele o que eu quiser.

No mês seguinte, eu vou comprar novamente essa caneta, pode até ter algum problema, essa caneta mudou de preço, pode estar menor ou maior. Eu não tenho como comparar o preço daquela caneta, naquele momento, dessa caneta que eu vou comprar no mês seguinte, porque eu estou comprando naquele momento aquele bem.

Agora, o serviço que o cidadão compra, no caso, a telefonia, ele comprou o aparelho, também pode ter uma variação de preço, mas o serviço, em um determinado mês, ele é o mesmo. Eu posso comprar um serviço hoje, um plano X, tantos minutos. Eu vou usar aqueles minutos naquele mês, se eu usar ou não, eu vou pagar aquele preço. No mês seguinte, um outro consumidor, um outro cidadão, vai comprar um plano também de X minutos, ele, às vezes, paga mais barato. Mas como? Porque no mês X, vamos pegar o mês de fevereiro, imagine que eu fiz um plano em dezembro, eu comprei por 100, deputado Roberto Moraes, comprou agora em janeiro, aí ele tem uma promoção e vai pagar 80.

Nós dois vamos utilizar 200 minutos em fevereiro, eu vou pagar 100, que eu comprei em dezembro, e ele vai pagar 80, porque ele pegou a promoção de janeiro. Ora, mas o produto prestado, aquilo que foi consumido, é o mesmo. É o mesmo. Não é uma caneta que eu comprei e ficou comigo. Eu estou comprando aqueles 200 minutos naquele tempo. No caso, eu vou usar o mês de fevereiro. Tem alguma coisa errada? O que a Anatel pode fazer nesse sentido?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Está fazendo já. Para o senhor tem uma ideia, tem mais de cinco mil planos catalogados na Anatel de oferta de serviço.

Eles vão lá e: “eu vou vender esse produto”. É isso que a pessoa diz, “eu comprei um plano, eu tenho um número”, para não complicar a linguagem aqui, o

plano 2. Está lá catalogado. No mês seguinte, vou eu comprar o plano, é o plano 3. É diferente daquele. Legal, dentro de todas as regras do direito do consumidor.

O que nós estamos fazendo já percebendo isso. Se o plano é melhor para o consumidor, migre todo mundo daquele plano para o outro. Isso está em discussão...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Só um aparte. Todos os planos catalogados, eles só vão para rua se a Anatel autorizar?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Homologar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Então, a Anatel, na hora de homologar, por que ela não fala: “quem comprou o plano antes e está pagando mais, não tem que devolver isso em minutos ou em dinheiro?”.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Hoje está em discussão essa mudança no regulamento. Isso não está previsto...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Seu Everaldo, uma coisa é a seguinte, aliás, eu tenho uma lei de minha autoria nesse sentido, dizendo que todos os serviços de uso contínuo, como telefonia, televisão e outros, a promoção nova beneficia automaticamente o usuário antigo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – E nós estamos trabalhando nesse sentido, deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – Essa lei foi aprovada por essa Casa, infelizmente o governador vetou, não sei a qual interesse, mas com certeza não foi com interesse da defesa do cidadão.

Agora, se a Anatel aprova esse plano, como disse o deputado Roberto Morais, tem um erro. Uma coisa é ele mudar o preço do plano, se ele incrementou o plano, colocou um serviço a mais, aumentou os minutos, aí ele vai aumentar o preço. Mas o que não pode permitir é como se o preço do minuto, em determinado mês, fosse maior para determinado cliente em relação a outro. E aí, desculpa. É o mesmo produto. É o mesmo produto. Aí tem um erro por parte da Anatel que está autorizando isso.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É, isso...

O SR. – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Se o senhor entende que está errada a Anatel, por que está sendo permitido?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Porque não tem um regulamento que diz que não pode. Esse é o serviço público engessado.

O SR. – Como que é? Serviço público...?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Engessado. Ele faz o que está na lei.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Nós temos aqui inscritos, vamos seguir o roteiro porque senão a gente vai divagando e se perde, e o tempo também corre. Está inscrito para falar agora na sequência, após a contribuição do deputado Alencar Santana, o deputado Luciano Batista. Depois, Vossa Excelência, deputado Ed Thomas.

Se o rádio falhasse como o celular, estavam os dois desempregados já.

O SR. – Rádio não falha.

O SR. – Deputado Luciano, tanto o Ed, como eu, a gente está no ar, repórter na rua. E o que acontece? Cai o sinal.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Com a palavra, o deputado Luciano Batista.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Falar com o senhor Everaldo. Seu Everaldo, tem quanto tempo que o senhor é funcionário da Anatel? O senhor falou no começo...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Desde a fundação dela, mas eu já era do Ministério das Comunicações. Tenho 46 anos de serviço público.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – 46. E como gerente da Anatel?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Desde a criação dela.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Há quantos anos?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Desde 1997. 17 anos.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Me permite, deputado? Sempre São Paulo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sempre São Paulo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Posso usar da tua pergunta? Para colaborar. Qual é o critério para se tornar um gerente como é o senhor? Com um cargo importante?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Uma seleção pública. Concorri.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O cargo de gerente é por indicação para um cargo comissionado?.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor não tem mandato por ser Agência nesse caso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – OK.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – E a Anatel no governo federal, não é isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Federal.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Para entender bem, que é difícil de entender as coisas aqui. É bem difícil. Assim, com todas as regras que tem, e as que não tem, e aquilo que não tem regra fica na interpretação de quem manda, e quem manda, no caso, é a Anatel.

E eu quero entender assim, quando o senhor fala: “a gente multa, mas não adianta”. Eu acho que adianta, porque muita coisa melhorou depois da multa. Mesmo com essa história de que repassa multa. Não é assim automático o repasse. Porque quando uma empresa é multada e ela repassa a multa... Por exemplo, eu vou falar o nome, se a Vivo for multada no valor merecedor e ela tiver que repassar para o cliente, o cliente muda para a Claro ou para a Tim, ou para a Nextel. E vice-versa. Há uma migração de uma operadora para outra quando há um aumento no serviço.

Eu me lembro que antigamente a gente tinha que pagar qualquer ligação. Hoje, quando você liga de Vivo para Vivo, não cobra; de Nextel para Nextel, não cobra. Se for no mesmo DDD, não é isso? Então isso não existia antigamente. Você ligava para qualquer telefone e você pagava. Então esse é o mercado livre que acaba dando essa... é um bem.

E quando o senhor fala, quando a empresa presta mau serviço, e no caso todas, é uma coisa que eu não queria perguntar só para o seu Everaldo, eu queria levantar essa questão. Nós sabemos que todas as empresas prestam mais serviço. Nós não sabemos qual é a campeã. Parece que a campeã aí é a Vivo. Mas talvez seja campeã de reclamações porque deve ser a que mais tem usuários, porque a campeã de reclamação não é aquela que tem maior quantidade de reclamação, mas é aquela que tem maior quantidade de reclamação proporcional ao número de assinantes.

O senhor sabe qual é?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sei.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Proporcional ao número de assinantes?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu sei da base aqui. Por exemplo, em 2013 a Claro teve 337 mil reclamações, a Nextel, três mil, a Oi, 380 mil; a TIM, 329, e a Vivo, 305.

Em 2014, a Claro melhorou, foi para 257 mil; a Nextel aumentou violentamente para 42 mil; a Oi, 256 mil, melhorou; a TIM, aumentou para 335 e a Vivo, 298.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Então, esses são os números finais. Mas e proporcional à quantidade de assinantes?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A Vivo é a maior aqui em São Paulo, ela representa eu acho que um share de 40%, depois vem a Claro, a Tim e a Oi. Eu não sei exatamente a participação deles. Mas é Vivo a maior, Claro, Tim e Oi.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Só colaborando. Na outra comissão que não era CPI, nós comparamos e é proporcional ao número de chips habilitados ao número de reclamações, com dados do Procon.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É proporcional, né? Então, como todas prestam mau serviço, não há risco delas perderem uma concessão, por exemplo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não é concessão. Não é concessão.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É o quê?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Autorização.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Perder a autorização.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Pode. A lei prevê que vai agravando, agravando até decretar a caducidade.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – E qual é o passe para chegar nesse passo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A decisão disso vai até o Congresso. Porque nós temos que multar, multar, teria que suspender, que é o que está na legislação e decretar caducidade. Nenhuma chegou nesse estágio ainda, está só no segundo estágio do agravamento da multa.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Até onde eu estudei, me corrija se eu estiver errado, sem nenhum constrangimento. Não conheço que teria que voltar ao Congresso. O próprio Ministério das Comunicações pode cassar a autorização.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ele cassa e decreta. É.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – A legislação prevê que o órgão executivo faça isso.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Hoje, para não ficar um ato discricionário do governo, quer dizer, uma questão política, ele se dá ampla defesa disso e vai para as comissões...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Comunica o Congresso.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Comunica.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Então, quantas multas uma empresa tem que levar...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, não é multa. Por isso que precisa rever o regulamento nas audiências públicas.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – O senhor pode mandar esse regulamento para a nossa Comissão?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Está no site da Anatel, mas posso mandar. Está tudo no site, as multas estão no site, está tudo no site.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Porque é uma história que parece que não tem fim, né?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A coisa realmente é assim. Por exemplo, no regulamento eu vou aplicar uma multa por queda de serviço se 10% da rede de São Paulo cair. O senhor sabe o que é 10% da rede de São Paulo cair? Nunca.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Quanto tempo São Paulo de telefonia móvel?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – São Paulo deve ter, só a capital aí, deve ter, se 120 no estado, ela deve ter uns 60 milhões. 10% seria...

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – 12 milhões.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não da. Não existe isso. Então não é porque caiu no bairro tal, caiu na cidade tal, da rede dela não é nada. Precisaria ser na localidade, reincidir na qualidade pelo mesmo tipo de inflação.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Eu queria fazer uma pergunta, o senhor falou muito que a culpa também é da população, e é, de fato, com tanto problema na telefonia no Brasil, em especial em São Paulo, eu sou como representante máximo da Anatel, em São Paulo, o senhor não fica um pouco envergonhado de presidir algo que não consegue deter isso, que não consegue estancar isso?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, eu como servidor público cumpro aquilo que está no regimento interno, na minha competência. A minha competência vai até fiscalizar. Quem julga e analisa não sou eu, vai para Brasília.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – E o senhor já mandou, assim, para Brasília os pedidos...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Todos. Não, só as multas.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – O senhor só faz as multas?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu só faço as multas. Eu aplico a sanção, decreto aquilo e vai para alguém julgar em Brasília. Existem as superintendências para isso.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – E esse caso que o senhor falou, que o deputado Alencar falou, ele perguntou de quando muda o plano e quando não há uma regra, o senhor não pode negar, por exemplo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu não tenho essa competência. Eu não sou regulador, eu sou fiscal. Entendeu? Isso eu estou informando ao senhor que as áreas que regulam o planejamento da Anatel estão estudando isso porque é humanamente impossível um atendente controlar cinco mil planos, que não tem capacidade humana para isso.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Seria a nível federal?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É. Entendeu? É isso que a Anatel está estudando para juntar esses planos, e se o plano é bom, é melhor, que favoreça os outros.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Nesse caso, uma última pergunta, presidente, esse caso que presta mau serviço, a linha cai, a linha não cai, tem antena

de telefone na estrada, não tem, na Imigrantes tem, na Bandeirantes tem, na Anchieta não tem, enfim. Tudo isso a linha cai. Mas por que a linha nunca cai quando a operadora liga para nós? O problema não acontece quando liga?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu não tenho certeza disso, mas talvez ela não faça por linha móvel, né? Faz por fixa.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Mesmo aparecendo telefone móvel?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Isso é por numeração. Mas talvez não seja.

O SR. – É fixa.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É fixa? Porque nunca cai quando eles ligam para ofertarem algum serviço ou fazer alguma mudança.

O SR. – Eles já sabem que se ligarem da outra, vai cair.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É fixo.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Mas quando nós ligamos para mudar o plano, cancelar o plano...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, esse é um dos itens do regulamento que a gente está vendo.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Ah, uma última pergunta. Essa é importantíssima. Existem os pontos fixos nas lojas. Se você for em uma loja de qualquer operadora, e você falar assim: “olha, eu quero cancelar a minha linha”. E aí pergunta: “por quê?”, “não, porque eu não quero, eu estou indo para outra operadora e tal”, “mas aqui nós não cancelamos. Temos que fazer pelo serviço, pelo *84”, alguma coisa assim, o número.

E aí você passa por um martírio, você tem que ficar ligando e quando você fala, ele tem uma sequência, né? “Cancelar linha, digite 6”, e você vai lá e digita o 6. E aguarda. Vai jogar hoje São Paulo e Santos. Pode assistir o jogo todo que vai ficar lá a música tocando e quando é para você cancelar a linha ou algum serviço... Deve ter esse tipo de reclamação lá.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu não sei se o senhor está se referindo a algo de depois de outubro para cá. Porque a partir de outubro para cá tem que ser automático. Não tem mais essa fase de retenção.

Se o senhor pedir cancelamento, pode ser até internet, é automático.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O regulamento previa que tinha que ter postos fixos de atendimento? A maior queixa, porque você quer encerrar uma conta bancária você vai na agência, procura o gerente e fala: “eu quero encerrar a minha conta”.

O que o cidadão não tem hoje é um posto fixo de atendimento das operadoras. Tudo tem que ser via o próprio telefone. É um regulamento? Porque está muito claro, Luciano, colaborando, ele fiscaliza, não cabe a ele criar regulamento. Ele tem que cumprir só a lei, a regulamentação.

Agora, é omissis esse aspecto? A tecnologia avança, e não é só a telefonia que tira postos físicos e cria postos a distância, por várias razões. Não vou dizer que sou contra. O problema é que quando você vai ligar, é muito ruim. A demora para se ter êxito é grande.

Existe uma regulamentação que determina posto fixo de atendimento?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, posto fixo não existe. Lojas de atendimento por densidade demográfica, por demanda...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas a minha cidade, São Bernardo. A loja está lá dentro do Shopping Metrópole, eu sei porque eu estive recente. Eu não consigo encerrar a minha conta da Vivo lá.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Porque nós colocamos tudo isso, para que o senhor não passe lá, e não cair na atendente lá, “o senhor não quer um

plano melhor? Eu dou um aparelho melhor, eu dou um bônus para o senhor”, para não ficar nessa fase de retenção, nós jogamos tudo isso para via internet ou telefone, para que seja automático.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Piorou muito. Pelo menos você está olhando para o cara dono do problema, você fala: “negão, eu não vou sair hoje sem a minha conta encerrada”. Isso é o maior golpe com o consumidor.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Isso tem que ser automático.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas não funciona. O senhor sabe que não funciona. Não funciona.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Vou ter que fiscalizar isso, e está na fiscalização do regulamento, eu digo, do consumidor, que é essa meta minha aqui.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Essa regulamentação foi criada...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Agora em outubro...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Por vocês, São Paulo, ou a nível Brasil?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Brasil.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Não exigindo mais o posto fixo de atendimento para esses casos?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, não exigindo, não. Que todo o cancelamento seja via telefônico e automático.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Nossa Senhora!

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – E isso nós estamos fiscalizando para ver se eles estão cumprindo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Não estão. Se estão fiscalizando, está péssimo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ótimo. Vamos lá pegar na orelha deles.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Esse caso precisa. Outro dia eu falei, vou repetir, o preso ele passa 24 horas pensando em um jeito de fugir. Essas empresas de telefonia passam 24 horas pensando em um jeito de lesar o consumidor.

Então quando você cria um mecanismo para resolver o problema do consumidor, eles vêm com a contraprova, “não, vamos aproveitar isso para...”. Você fez isso, tirou, você eu digo a Anatel, tirou esse negócio do cara ir na loja e cancelar para não ofertarem o serviço a ele, em compensação, você não consegue fazer o cancelamento pelo telefone. Não consegue. Raramente. É impossível. É um transtorno.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Então, esse está em uma das metas para esse ano, já que o regulamento foi implantado no último trimestre do ano passado, é agora fiscalizar para ver se eles estão cumprindo. Vocês já estão dando uma dica aqui que não. Então vamos lá.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É só, presidente.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Obrigado, Luciano Batista. O deputado Ed Thomas com a palavra.

O SR. ED THOMAS – PSB – Presidente, eu acho que ouvimos bastante, os deputados exploraram bastante as perguntas. Seu Everaldo, o que a gente percebe é

que a Anatel não é mãe. A Anatel é madrasta. Um pouco pior. Nada contra sua pessoa. Longe disso.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – E quem ocupa um cargo público é sujeito...

O SR. ED THOMAS – PSB – O que a gente vê, essa falta de regulamentação de lei, tudo isso já era sabido. E essas empresas, sendo chamadas, elas foram convidadas a vir para o paraíso, que é o Brasil. “Olha, multa lá é só daqui 10 anos”, “TAC é depois”.

Tanto é que a notícia dessa semana que se passou, e dessa que entrou, das empresas de telefonia serem as campeãs, o que não é de hoje, a reclamação maior e a punição maior é por cobrança abusiva. Isso é roubo! É um roubo que não se tem condição de fiscalizar, como o senhor mesmo colocou. São 150 aqui no estado. Quer dizer, no país é uma grande festa.

Então a presença do senhor me trouxe aqui, com certeza, a forma que o senhor colocou no inicial, eu gostaria que o senhor colocasse quando tiver oportunidade de ir para a grande mídia. “A sociedade não participa, e é por isso que eles nos roubam”. É só eles que decidem. É por isso que nós não temos, realmente, voz. É prerrogativa do Congresso, a Assembleia pode participar.

Lá atrás o senhor falou: “se me permitir eu vou mandar os convites aqui para a audiência pública”. Já deveria ter acontecido desde o início. Nós somos representantes aqui do estado de São Paulo, do povo.

A presença do senhor me provocou uma desesperança que a gente não vai resolver, seu Everaldo. Não teremos, com certeza, vontade política de resolver porque não é uma empresa. São todas, né?

Há uma outra situação, que se o senhor puder verificar, lhe peço, é que além de cobranças abusivas, a propaganda deles é mentirosa. É enganosa. “Velocidade de internet é isso, porque essa nunca falha nem dentro do túmulo”. Não existe. E a mídia coloca, o que é o papel dela. Isso é pago. Tem que colocar. Eu trabalho em rádio e a gente sabe disso.

Mas tem que haver, e aí a gente volta em uma palavra de uma regulamentação, de uma escrita, não é verdade? Que embora já exista, propaganda enganosa, sabemos

que tudo isso aí... mas está abusivo. Eles estão vendendo o que não tem. Estão vendendo o que realmente não tem.

Quanto a cair, eu pego a Castelo Branco e a Raposo Tavares e o senhor colocou Presidente Prudente, e Presidente Venceslau, é a minha região. No Pontal só está chegando agora. Certo? E eu gostaria que o senhor levasse um pedido pelo cargo que ocupa, as torres lá foram instaladas, até porque o sinal na barranca do rio Paraná e Paranapanema, nós pegamos o Paraná e pegamos o Mato Grosso e não pegamos São Paulo, nós pegamos o sinal lá do estado do Mato Grosso, o sinal do estado do Paraná, mas não entra o sinal. Quem sabe agora, com essa expansão, nós fizemos os pedidos, tem torres, mas já vai para quase um ano. A torre levantou, mas não ligou, certo? Não se tem com quem falar, realmente ninguém atende. E aí o deputado é cobrado, eu fui eleito para isso.

E a região do Pontal do Paranapanema. Se o senhor puder levar, é o distrito de Cuiabá Paulista que pertence a Teodoro Sampaio, Planalto do Sul, Costa Machado, e a região, a cidade ali de Santa Mercedes, Panorama, enfim. Que o senhor levasse. Precisa de uma celeridade. Essas pessoas, realmente, nos cobram. Eu só estou cobrando aí o celular, porque internet não chega. Infelizmente está muito distante. Nós estamos falando do estado de São Paulo.

Se fosse Maranhão, Acre, onde o desenvolvimento está muito aquém, onde há um abandono, realmente, muito grande. Quanto a Presidente Venceslau, é aquela população, foi instalado o presídio, tem o presídio, os bloqueadores, dos presos não bloqueia muito, não, mas do cidadão de bem, esse, o celular dele está realmente bloqueado.

Então alta tecnologia de um lado, que supre a outra, enfim. Nós temos lá as dificuldades em algumas cidades, mas eu quero dizer da satisfação das perguntas, dos esclarecimentos, do meu presidente, Orlando Morando. E que eu gostaria que o senhor não ficasse constrangido pela palavra convocação, porque eu sou contra o foro privilegiado, seu Everaldo, eu sou contra. Porque está escrito que todos são iguais perante a lei. E eu, por ser deputado, não sou melhor do que ninguém, certo? E eu tenho que ser intimado, eu tenho que ser convocado. O oficial de justiça tem que bater na minha porta porque eu sou um cidadão como qualquer trabalhador e trabalhadora que está aqui, você me entendeu?

Gostaríamos que o senhor abraçasse porque é muito tempo que o senhor está lá, é muito tempo. E eu sei que o senhor galgou isso daí. Quando o senhor chegou, o

senhor falou: “olha, eu sou um efetivo, eu sou servidor, eu não fui colocado”, aqui nós temos pessoas colocadas e que são muito trabalhadoras. Eu tenho algumas, e tem muita gente boa, sabe? Prestando serviço.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não é porque faz concurso que é melhor.

O SR. ED THOMAS – PSB – Não, de forma nenhuma. O melhor concurso é se manter no trabalho com a sua competência. Aqui tem muitos. Que se mantém, com certeza, pela competência. Assim como há outros cargos.

Eu estou fazendo não é nem pergunta, viu, seu Everaldo, não é pergunta. Mas é um apelo. Está vergonhoso. E que notícia a gente vai levar? O Roberto, pelo programa dele de rádio não tem um dia, aqui pelo meu programa, e eu tenho 33 anos de rádio, o Roberto Moraes, do mesmo jeito, e eu lembro ainda lá atrás, de uma luta para tirar aquela taxa do telefone fixo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Assinatura.

O SR. ED THOMAS – PSB – Assinatura. E a gente fez movimento e tudo mais. E eu fiz, naquele período, deputado Orlando, lá em Presidente, esse movimento dessa assinatura, e pedi até para a ALL – América Latina Logística que consertasse os dormentes da linha férrea que estava apodrecendo, ela tinha acabado. E me mandaram, falaram: “lugar de vereador é sentar lá dentro. Tem que vir para a rua, não”. E para o telefone falou: “isso não é competência sua, vereador. Isso é lá do Congresso, é da Anatel”. Melhorou. Avançou. O roubo já não é tanto. Já é menos.

Me perdoe pela palavra “roubo” porque é tão barato em outros países. Se a gente colocar, aqui foi aberta uma discussão de minutos, seu Everaldo, se a gente colocar um minuto no Japão, aquilo que é cobrado em centavos...

Então eu entendo que é preciso ser dada uma resposta rápida.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O senhor tem toda razão. Realmente é coisa para a gente se curvar, não constranger, mas também não desanimar, né?

O SR. ED THOMAS – PSB – Eu fiquei com desesperança de não resolver.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mas eu não. Eu acho que esse trabalho, aquele que eu disse na abertura, é uma forma da gente pressionar. Vocês estão pressionando, e é isso que a gente quer. Porque se ninguém reclama, se o neném não chora, não come. Então vocês representam a sociedade dignamente, eu acho que nós temos que dar essa resposta, e trabalhar.

E além do relatório de vocês que vai chegar ao nosso presidente, eu vou fazer o meu do que eu ouvi aqui, e falar: “e aí, presidente?”.

O SR. ED THOMAS – PSB – Mas que o senhor não tenha receio de se manifestar, não.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu não tenho, não.

O SR. ED THOMAS – PSB – “Olha, a propaganda está enganosa”, “olha, a cobrança está abusiva”.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O senhor tem 33 anos de rádio. A minha origem é Dentel.

O SR. ED THOMAS – PSB – Dentel. Eu conheci.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu nasci no Dentel no serviço público. E depois, só nós tínhamos expertise em fiscalizar rádio. Aliás, até no regulamento no Código Brasileiro de Telecomunicações, lei 4117/1961, ela podia fiscalizar telecomunicações, mas tinha lá “não fiscalizar telecomunicações”.

Então nós começamos a aprender telecomunicações em 1997. Então, para nós, é uma coisa nova, de aprender toda essa alquimia da telefonia móvel, essa inovação no dia-a-dia. Porque o rádio continua a mesma coisa. Trocou para digital, mas é a mesma coisa. Mas telefonia cada dia tem uma coisa nova. Então a gente não consegue dar velocidade.

Então, mas isso eu volto, não é constrangimento, não. Serve de estímulo para gente levar lá e falar: “gente, a coisa está feia, precisamos melhorar”.

O SR. ED THOMAS – PSB – Eu só gostaria que na chegada, se Deus nos der saúde, para 2016, com as notícias que vierem outra vez, falar: “a telefonia é campeã de reclamações outra vez”. E aí realmente é para gente... então nós temos um ano aí. O deputado Orlando, o nosso presidente, na criação dessa CPI, nesse pedido, foi muito feliz, da seriedade que ele tem e que ele está tratando...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Parabenizo.

O SR. ED THOMAS – PSB – Essa situação. E a gente sabe que o presidente Orlando, assim com esses deputados, vão estar do lado dele. A gente não vai abrir mão, realmente, dessa cobrança porque a gente quer a melhoria de um serviço.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É isso aí.

O SR. ED THOMAS – PSB – Por quê? Porque a Anatel não está fazendo favor, nem Vivo, nem Claro, nem Oi, nem Tim. É uma obrigação eles prestarem esses serviços porque está se pagando. Sejam eles privados, sejam eles públicos. Recebe. E quem recebe, tem que fazer bem, mais do que isso, tem que fazer muito, mas muito bem feito.

Então atente a esse pedido, eu gostaria muito de dar uma resposta aos 600 quilômetros quando a gente voltar.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim, senhor. E vamos manter contato. Como foi feito em Prudente.

O SR. ED THOMAS – PSB – Foi feito. A gente acompanhou.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu já vi o resultado lá.

O SR. ED THOMAS – PSB – Melhorou, sim. Com certeza. Mas ao redor, o entorno...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Há esperança.

O SR. ED THOMAS – PSB – Tomara que não morra. Obrigado, senhor presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Agradeço a colaboração do deputado Ed Thomas e as palavras também sobre o comando desta CPI.

Nós estamos encaminhando para o final. Eu gostaria de agora na parte que me resta poder fazer alguns questionamentos. O senhor disse que a tua chegada à gerência aqui em São Paulo foi por seleção pública. Eu até pesquisei, mas não achei. Qual é o critério, e isso vale para todo o Brasil, naturalmente, para que seja retirado desse cargo? Que eu considero extremamente importante...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Critério para ser retirado desse cargo?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Para ser retirado do cargo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Primeiro, é eu pedir.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Isso vale para qualquer cidadão, né? Isso não precisa ser do senhor.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A segunda, o conselho da Anatel, por um processo administrativo, por alguma coisa, acharem que não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Conselho de São Paulo?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, tem só Brasília. Só Brasília.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Posso dizer que é um cargo ligado diretamente ao Ministério das Comunicações?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Isso. Brasília.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Anatel Brasília. Perfeito. Qual a avaliação que o senhor tem do Ministério Público em relação à atuação junto as operadoras, a esses episódios?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, tanto na esfera federal como estadual, principalmente o Ministério Público de Defesa do Consumidor, tem sido muito atuante, nós fomos muito parceiros aí nessas atuações, está sendo muito boa. Minha avaliação é positiva.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor tem respeito pelo Ministério Público?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É importante isso. Por que eu te pergunto? E até pode ser fruto que o senhor esclareça muito dos questionamentos. Eu andei aqui pesquisando e vi que o Ministério Público instaurou um inquérito civil em relação a sua atuação aqui na Anatel de São Paulo. Ministério Público Federal, na 5ª Câmara de Coordenação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Faz um tempo já. Então eu gostaria que o senhor relatasse se foi arquivado, se foi julgado, se foi ação civil pública.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Foi julgado, foi feito e eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor foi condenado? Alguém foi condenado?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor foi inocentado?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Fui inocentado. E não prevariquei. Aquilo foi uma denúncia política e que se comprovou ao longo dos autos, inclusive com investigação, minha quebra de sigilo, tudo isso. Foram em casa, que eu moro há 35 anos no mesmo local, já que a gente favorece alguém, tem que mostrar algum sinal, né? E o sinal que eu tenho é do fruto do meu salário, a minha fonte de renda está aí comprovada, está no portal da transparência e a denúncia foi improcedente, foi arquivada e eu fui absolvido.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Transitado em julgado já?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Já.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Ta ótimo. O Procon de São Paulo tem sido uma balizador até para que possamos nos orientar em relação a isso. O Procon tem qual relação com vocês? Notifica a Anatel?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Nós temos, primeiro nós usamos o cadastros deles e eles usam o nosso. Há uma parceria de troca de informações.

Já há 10 anos a gente tem isso, e mesmo o cadastro, o sistema nacional de defesa do consumidor a gente usa as mesmas bases para nortear os nossos planos de fiscalização. E a gente, periodicamente, antes chegou até a ser quinzenal, hoje já está trimestral, as trocas de figurinhas de ações, até assessorando eles no entendimento das reclamações. Porque muita gente vai lá e fala: “olha, cobrança errada”. E aí você vai ver e o plano que ele imaginou que tinha, não tem. Aquelas pegadinhas do plano.

Então, são coisinhas assim que a gente vai esclarecendo. E eu faço muita arbitragem também. Se o senhor faz uma reclamação, eu peço, ouço, chamo a empresa e depois eu vejo a quem tem razão ou não, naquela amostragem. E foram a judicialização dos casos que é um caminho que é um direito de todos.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor considera suficiente os 150 fiscais que o senhor tem aqui no estado?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, se eu considerasse estaria assinando a minha demissão.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Quantos seriam necessários?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, não adianta crescer muito também porque você não consegue controlar. Mas não é isso. Eu acho que 150 pode ser suficiente dizendo o seguinte: “O que eu vou priorizar e vou atuar em tanto”. Eu não posso pulverizar esses 150 em todos os serviços que eu tenho.

Então isso é uma evolução que a gente está fazendo, qual é a prioridade e aonde eu vou focar.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Ta. Mas qual seria a demanda para que o senhor pudesse atender? Eu não estou dizendo por área, em volume de pessoal.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Hoje nós temos um estudo, que está no Ministério do Planejamento, que é para 230 servidores em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mais 80 então?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mais 80.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor afirmou aqui que a sociedade precisa protestar. Eu te perguntei se o senhor defende

um boicote, porque já foi feito em alguns países do mundo, já tem um dia sem carro, um dias em isso, o senhor defenderia que o cidadão, o paulista, protestasse ficando um dia sem usar o telefone celular em prol de buscar uma melhoria? Seria uma forma de protesto?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, eu acho que do jeito que nós estamos caminhando, o exercício da democracia, com todas essas manifestações, seria legítimo um movimento desse, sim. Mostrar uma insatisfação com o serviço.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – A Anatel São Paulo tem a prerrogativa de suspender a venda dos chips?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Quem pode fazer a não ser a justiça?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Brasília.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor, algum dia, recomendou Brasília que suspendesse?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, nós só mandamos os dados e alguém avalia aquilo e vê se a suspensão é o melhor remédio.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu vi no estado do Paraná que teve uma atitude dessa, motivada pela justiça, mas também pela Agência do Paraná. Nunca lhe passou pela cabeça?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não. Já teve aqui no caso da cautelar da Telefonica.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Foi uma medida judicial, né?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não. Foi por ação cautelar minha. Até que se estabeleça. Quando houve aquele apagão lá.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor não acha necessário ter uma cautelar para suspender a venda de chips?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Vamos avaliar se isso tem.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor acabou de confirmar que o senhor tem as informações do Procon, mantém uma relação de parceria, o senhor acha ainda mais necessário mais informação, mediante ao número de reclamação, para poder avaliar?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Olha, eu entendo o seguinte, uma medida dessa que tem impacto em toda a sociedade, a gente tem que ver a demanda. O que eu tenho que ver é a capacidade deles, antes de falar “suspenda”, tenho ver se tem capacidade de atender. Primeiro eu vou ver se ele tem capacidade de atender para depois tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor tem dados nas mãos que o senhor tem informações porque um site pode atender um número de habilitação.

Eu estou te falando com base, não é oficial porque ele ainda virá aqui, mas a Vivo confirmou que teria um overbook em São Paulo no número de sites com o número de chips. Isso quem me falou foi aqui, nós temos isso na taquigrafia da Comissão de Comunicação, não da CPI. Eles confirmaram.

Vocês que são da agência reguladora, e no teu caso aqui, agência fiscalizadora, o senhor não tem dados que demonstram?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu não tenho isso automático. Eu vou ter que levantar. Eu tenho que ver a capacidade. Eu não tenho isso instantâneo. Eu vou ter que levantar isso – que farei – para verificar se o que está sendo ofertado está além da capacidade de rede.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Sabe o que me assusta, Everaldo, com o maior respeito, viu? Pode ficar muito tranquilo, eu não personalizo absolutamente nada, a minha ação parlamentar, eu atuo nesse negócio, e resultou em uma CPI, há dois mandatos. Por única e exclusivamente reclamação de cidadão, eu tenho comércio, o sistema é muito falho e tal.

O senhor, tudo quando é questionado, parece que o senhor não é o dono do problema, eu sei que tem falhas na legislação, tem ausência de regulamentação, mas quando eu lhe pergunto se já não deveria ter sido movido uma ação para suspender é porque o seguinte, se um negócio não está funcionando, não pode continuar vendendo. Produto que não tem condições mínimas para sociedade, continua sendo vendido. E aí o senhor fala: “eu vou avaliar”.

Eu não quero aqui responsabilizá-lo daquilo que não lhe é devido. Mas o senhor é sempre evasivo quando, na minha avaliação, e o senhor tem aqui o direito de fazer a sua defesa, o senhor poderia ter notificado a agência em Brasília dizendo o seguinte: “ São Paulo está no caos”. Porque é o caos, é o terceiro ano consecutivo que as operadoras lideram os índices do Procon.

Olha, eles conseguiram superar banco, que era o maior problema, por também cobrança abusiva, por outras fontes. O senhor ainda chega agora e “nós vamos avaliar”. O senhor não considera necessário uma notificação imediata. E eu não tenho nada, eu só acho o seguinte, a sociedade não aguenta mais. Os meus funcionários, da minha empresa, do meu gabinete, hoje eles oscilam assim: “vou para a Nextel porque a Vivo está muito ruim”. E aí vai para a Nextel e fala: “Ih, está pior ainda”.

E a gente vê, todas são péssimas. A nossa esperança, deixa eu te falar, a sua vinda aqui é para me dar esperança. Juro. De verdade.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – E o senhor vai ter.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É uma fala desesperadora para ter esperança. Por quê? Porque é lamentável. E assim, e eu vou chegar nesse ponto. Não me cabe, não me compete, se me competisse, e acredito que o relatório final disso irá induzir pelo que estamos ouvindo, em pedir que à justiça suspenda a venda de chips em São Paulo.

Poxa, mas a Anatel não ter tomado essa providencia depois, por isso que eu lhe perguntei do Procon, porque o senhor poderia aqui, claramente, falar o seguinte: “eu não tenho oficialmente esses dados”. Se o senhor usa os dados do Procon, ainda temos que esperar mais? Porque o Procon é um órgão oficial.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mas se eu pego o meu dado oficial, ele melhorou de 2013 para 14...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas alguns pioraram.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É isso que eu tenho que verificar pontualmente...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor repita os dados. Teve empresa que melhorou e teve empresa que piorou. Eu tenho uma matemática rápida, mas no balanço final está igual.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A TIM piorou. Entendeu? As outras melhoraram.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas olha os números. Seu Everaldo, são irrelevantes à queda mediante ao número de reclamação.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – O senhor tem toda razão. Vamos ver isso, sim.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – É possível um compromisso do senhor, que o senhor no menor prazo, o menor prazo para mim é 15 dias, notifique a Anatel São Paulo pedindo a suspensão da venda de chips?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ok. Faço isso, sim.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Tenho esse compromisso do senhor?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tem, tem.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu agradeço. Qual é a relação, que aqui o senhor me deu um número, eu não posso falar que é alto nem baixo. O senhor falou que foram aplicados 954 milhões em multas, isso no ano de 2014? Ou é um acumulado?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – 2013/2014.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – 2013, 2014. Qual é o faturamento? O senhor tem esse número?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Porque quero dizer o seguinte, uma empresa foi autuada em um bilhão, se for uma empresa que fatura 100 milhões, foi 10 vezes o faturamento dela. Uma empresa ser autuada em um bilhão, se ela faturou 100 bilhões, foi faturado em um número irrisório.

Então, é possível, a Anatel pode me fornecer? Eu não gostaria de ser indiscreto e pedir a quebra de sigilo das empresas...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu não tenho esses dados em São Paulo. Teria que pedir em Brasília, se é que eles têm. Não sei.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Não, não quero que o senhor assuma compromisso pela qual foge da sua seara. Longe disso. Esses dados não são revelados para vocês?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, eu não tenho esse dado. São Paulo não tem esse dado.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor confirma que o aplicado foram 954 milhões? Vamos fazer melhor? O senhor manda todos os dados de multas e por área. Por cada versão. A multa foi aplicada referente a cobrança indevida, a multa foi aplicada pela qualidade do serviço.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Multa por tipo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Multa por tipo. E o que foi pago oficialmente.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ta.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor consegue pós carnaval me fornecer esses dados?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Consigo.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Uma semana, pela brevidade. Ok. Um outro aspecto que eu verifiquei, aqui na capital é mais difícil, mas o senhor vai a uma cidade como Presidente Prudente, do nosso colega Ed Thomas, e eu moro na cidade Rosana, que está na região, eu chego lá, vou à uma loja, seja de qual operadora, compro um aparelho, habilito. Chego na minha cidade e aquele aparelho não pega.

O senhor não acha que caberia na venda do chip ter um mapa de cobertura daquela operadora?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mas tem que ter.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mas não tem.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Primeiro é o seguinte, esse aparelho foi pré ou pós?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pode ser pós.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, se for pós, jamais. Aí configura até estelionato.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pois é, mas é o que acontece.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Mas isso eles não podem vender porque o senhor vai dar o endereço...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eles têm que me credenciar, eles vão me dar o endereço. Até porque a cobrança vai para a minha casa.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Então, nesse endereço ele tem que confirmar.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Então fiscalize para o senhor ver.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu preciso desse dado para ir lá. Se vendeu e não tem, putz...

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu estou te afirmando. Não tem. São José do Rio Preto, cidadão de Nipoã, cidade a 70 quilômetros. Foi em São José do Rio Preto, comprou um aparelho pós-pago, pré-pago não da porque não sabe onde ele tá, até porque o pós-pago a conta vai para a casa do indivíduo, a não ser que ele dê o endereço de cobrança da cidade.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Então, mas o regulamento é claro, e ele fiscaliza. Esse caso tem que ser uma fiscalização pontual. Que endereço ele deu e no mapa lá, porque isso fica arquivado, tem que ter sinal, porque senão ela não pode vender.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Pode fiscalizar, então. E aproveite me mande as multas que foram aplicadas sobre esse tema.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ta.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mapa de cobertura.

Em um balanço geral o senhor afirmou aqui que considera a lei falha.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – A lei precisa ser evoluída. Porque é uma lei que foi feita em 97. Já tem algum tempo. Precisa ser revista. Isso eu concordo plenamente. Tem que ser revista.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – O senhor confirma que a lei precisa ser revista. É uma lei que não confere com a necessidade do momento.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Tudo precisar ser. E isso evolui muito rápido. E foi feita em um cenário de 1990 para criar isso. Hoje nós estamos em 2015, 2020. Precisa ser revista.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Vocês aqui em São Paulo têm a planilha de investimentos?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – E também não é obrigado as empresas oferecerem?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Se tiver, é nessa área de acompanhamento e controle, fica em Brasília. Eu não tenho acesso a isso. Tem uma superintendência específica para isso em Brasília.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – A agência São Paulo é basicamente responsável por fiscalização?

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Fiscalização de serviços.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Novos investimentos, tudo isso é tratado no Ministério das Comunicações.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Então, basicamente, o que é muito importante, para gente finalizar, primeiro que o senhor me envie todas as multas por área, até porque isso é responsabilidade do senhor. Eu vou buscar, tentar ter informação versus faturamento. E essa cópia dessa notificação que o senhor fará à Brasília para que suspenda a venda do chip em São Paulo.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Ta. Isso eu faço. Hoje ou amanhã está na sua mão.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Mais alguém tem alguma pergunta? Seu Everaldo...

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Seu presidente, eu queria sim. Quando eu falei há pouco, presidente, eu até gostei muito da sua explanação, quando eu falei agora há pouco, perguntei o tempo que o Dr. Everaldo tem de Anatel, ele disse 46 anos, mas desde 97 como gerente...

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Não, na Anatel desde 97.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – A Anatel não tem 46 anos.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Não, eu digo de serviço público.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Eu tenho 46 anos.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – E na Anatel desde 97, portanto, são 18 anos. E aí eu perguntei se ele não se sentia mal, é nesse sentido, de saber que todo mundo está errado e a Anatel não consegue resolver há tantos anos isso.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – É complicado.

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – Eu já vou por esse negócio. Como é que pode? Todo mundo errado e a Anatel não consegue resolver. Ou todo mundo tem que ir embora ou a Anatel tem que ser fechada. Ou não?

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Não me cabe nesse momento fazer julgamento...

O SR. LUCIANO BATISTA – PTB – É uma indagação como cidadão paulista.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu tenho certeza, deputado Luciano Batista, que tem falhas aí para todos os lados. Isso está comprovado. E tem falhas na Anatel também, naturalmente. Mas de toda forma, eu questiono se alguém ainda tem alguma pergunta. Não havendo mais algum deputado que queira usar da palavra, eu, mais uma vez agradeço a presença do senhor Everaldo Gomes Ferreira, gerente-geral da Gerência Regional de São Paulo, pela sua presença e pela sua contribuição aqui na nossa CPI.

O SR. EVERALDO GOMES FERREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu que agradeço.

* * *

